

Verdes denunciam pecados da Pelo 13

Cristiane Madeira

Técnicos da Câmara Legislativa deverão concluir hoje as alterações ao texto substitutivo da Proposta de Emenda a Lei Orgânica nº 13/2007 (Pelo 13), que coloca Plano Diretor de Ordenamento Territorial como lei máxima para a definição da política urbanística do DF. As alterações serão feitas como tentativa para conciliar a proposta de autoria do Executivo e as críticas dos ambientalistas e urbanistas apresentadas ontem durante audiência pública realizada na Câmara.

Depois de alterados alguns dos fragmentos do texto, a Pelo 13 será encaminhada para as Comissões de Constituição e Justiça, e Assuntos Fundiários. A expectativa é levar a proposta à votação em primeiro turno no plenário na semana que vem.

A maior crítica da população é o fato da Pelo 13 impor o PDOT como paradigma de ordenamento territorial superior às leis ambientais e aos Planos Diretores Locais (PDLs).

Urbanistas e ambientalistas discordam da forma como o governo pretende fazer a divisão das regiões administrativas para estabelecer as leis de uso e ocupação do solo.

Para os ambientalistas, a aglomeração das 29 cidades-satélites em sete diferentes Unidades de Planejamento deveria ser feita pelo critério de bacias hidrográficas e não por áreas de distribuição conjunta de políticas públicas, como quer o governo.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais

Renováveis (Ibama) também entrou na briga e exigiu que o GDF tomasse providências quanto a ocupação irregular em Áreas de Preservação Ambiental (APAs), cuja consequência mais grave é o irreversível dano ao meio ambiente, causado pela contaminação dos lençóis freáticos.

O superintendente do Ibama-DF, Francisco Palhares, reiterou que a ocupação urbana e rural deve obedecer a três critérios básicos, sendo que o principal deles é o respeito à questão ambiental, seguindo os princípios sociais e econômicos.

Palhares lembrou que é preciso refletir sobre o fato de 70% do território do DF ser formado por APAs, e defendeu o manejo das ocupações nessas áreas, pedindo especial atenção a uma nova invasão que se instalou à margem direita da Vila Estrutural, na direção de Taguatinga.

— Se o governo não fizer o manejo dessas ocupações irregulares, o Ibama o fará — disse o superintendente.

Por outro lado, a preocupação das comunidades de baixa renda é com o que será feito delas se as APAs do DF não puderem ser ocupadas. O presidente do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Roldiney Roy, diz que é favorável a proposta do governo porque sua luta é pela legalidade do direito à moradia.

— Se mais de 70% do DF é de proteção ambiental, onde a população de baixa renda vai morar? É preciso chegar a um consenso — disse Roy.



Falta consenso sobre novas regras para o uso do solo no DF

■ Menos participação popular

O Ministério Público do DF e os urbanistas são contra a eliminação dos mecanismos de participação popular no planejamento urbano do DF. De acordo com a Pelo 13, os PDLs passam à condição de instrumento de auxílio ao PDOT.

O líder da oposição na Câmara Legislativa, Chico Leite (PT), admitiu ter segurado a Pelo 13, quando era presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para evitar que o governo, com maioria de parlamentares na Casa, votasse a proposta a toque de caixa, sem uma discussão mais profunda de técnicos e audiência pública.

— Já obtivemos avanços porque a Pelo 13, na forma como chegou na Casa, em maio, trazia os PDLs como meros anexos do PDOT. Isso seria costurado nos gabinetes e sabe-se lá com que interesse — avaliou Chico Leite.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi, rebate dizendo que não se

pode ver o PDOT como um plano de governo e, sim, como atribuição de Estado. De acordo com o secretário, o Estatuto da Cidade prevê o PDOT e a Lei de Uso e Ocupação do Solo como instrumentos constitucionais que definirão as regras do jogo e que, por isso, o governo não recuará da proposta de rebaixar os PDLs até então no mesmo patamar do PDOT.

O líder do governo na Casa, Leonardo Prudente (DEM), disse que o governo não se utilizará da prerrogativa de ter maioria na Casa para votar o projeto sem antes considerar os debates e apelos da população.

— Temos que chegar a um consenso. Vamos colocar as divergências no plenário, que é soberano para resolver a questão — disse Prudente, ao garantir que o modelo do governo, ao contrário do que afirmam ambientalistas, respeita as leis ambientais, visto que A Lei Orgânica do DF tem um capítulo que trata somente do assunto.